

## Plano de Atividades 2026

Com a realização de eleições para os órgãos sociais, previstas para o primeiro trimestre de 2026, o plano de atividades para o ano surge, inevitavelmente, condicionado por esse facto. No período que decorrerá até essa data, a atual direção propõe-se assegurar as suas funções de representação da profissão e dos associados junto do poder político e sociedade civil, manter uma comunicação regular da sua atividade junto dos associados e dos profissionais, e manter todas as diligências decorrentes das implicações, na profissão e no setor da conservação e restauro, da publicação do Decreto-Lei n.º90/2024.

Destacam-se, assim, como principais atividades para o período em questão:

- Prosseguimento das diligências junto do atual Governo, com vista ao cumprimento da disposição transitória prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 90/2024, mais concretamente, do reconhecimento dos profissionais que exerçam funções de coordenação e que não detenham as habilitações previstas no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 140/2009.
- Apresentação de queixa à Provedoria de Justiça, centrada na necessidade de ajustamento dos requisitos habilitacionais no âmbito dos processos de recrutamento de conservadores-restauradores para o Estado, ao estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 90/2024.
- Acompanhamento dos procedimentos concursais envolvendo a contratação de Conservadores-restauradores para instituições públicas com responsabilidade na salvaguarda de património cultural, procurando sensibilizar para a necessidade de aplicação do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 90/2024, e do entendimento definido pela E.C.C.O. sobre as competências e habilitações dos profissionais.
- Sensibilização de entidades formadoras relativamente à importância da aplicação e cumprimento das habilitações definidas para a prática da conservação e restauro, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 90/2024.
- Manter uma relação de trabalho estreita com a direção da revista Conservar Património, que permita manter os indicadores de qualidade alcançados nos últimos anos.
- Representação da associação junto da tutela (Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. e Património Cultural, I.P.), no seio da SMUCRM - Secção dos Museus, da

Conservação e Restauro e do Património Imaterial, junto de outras entidades ligadas à preservação e divulgação do património cultural, ou em iniciativas públicas e privadas promovidas nesse âmbito.

- Realização do processo eleitoral com vista à eleição dos novos órgãos sociais para o triénio 2026-2029.

### **Orçamento 2026 | Projeção**

Depois do ano de 2025 ter comportado um conjunto de despesas extraordinárias relacionadas com a realização de várias iniciativas no âmbito do 30º aniversário da associação, assim como com a participação da direção da ARP no simpósio promovido pela E.C.C.O. e ENCoRE em Praga («*Specialisations: Trends and Challenges in Conservation-Restoration Education*»), prevê-se que o ano de 2026 fique marcado por um volume de despesa significativamente inferior (em linha com os anos anteriores).

As principais rubricas de despesas continuarão associadas à representação da direção da ARP nos vários órgãos consultivos do Estado, encontros nacionais na área do Património Cultural, e no encontro anual de presidentes promovido pela E.C.C.O., assim como com a quotização anual neste organismo, e com os custos relacionados com a Revista Conservar Património.

No âmbito das receitas, a quotização dos associados mantém-se como a única fonte de proveitos, prevendo-se um valor ligeiramente superior a 2025, devido a novas inscrições e reingressos (traduzindo um aumento de 18,5%).

Conforme discriminado no balanço de valores de proveitos e de custos estimados das várias verbas para funcionamento da associação, apurados no que leva já decorrido o ano de 2025 (e estimados até ao final do mesmo), prevê-se o seguinte orçamento para 2026:

**Proveitos**

Quotas 3 912,50€

**Despesas**

Morada Fiscal 295,20€

Revista Conservar Património 399,93€

Custos On-line (Site; Armazenamento) 300,45€

Serviço Reuniões Remotas (Zoom) 185,00€

Despesas Bancárias 11,19€

Deslocações e Representação 1 400,00€

Contabilidade 382,00€

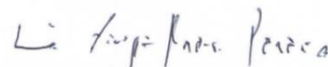
Papelaria 205,00€

**Proveitos estimados em 2026** 3 912,50€

**Custos estimados em 2026** 3 603,23€

**Saldo estimado em 2026** 308,77€

Lisboa, 14 de Novembro de 2025



Luís Filipe Pereira  
(Presidente da Direção da ARP)